

# **A DEPREENSÃO DO OBJETIVO DE ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA REVELADA POR PROFESSORES DE PORTUGUÊS CANDIDATOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA O MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM/RN – ANO 2015**

Olga Carla Espínola da Hora e Souza

*Universidade Federal do Rio Grande do Norte – olgacarla@yahoo.com.br*

## **RESUMO**

A LDB 9394/96 e, mais especificamente, a Resolução nº 3, de 26 de junho de 1998, propõem que o currículo do Ensino Médio inclua a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania. Esse preceito é corroborado nos PCNs da Língua Portuguesa, os quais definem o domínio da língua como elemento fundamental para a participação social efetiva do cidadão. Dessa forma, o ensino da língua deve ser voltado para o desenvolvimento da competência comunicativa do aluno, de modo que este se comunique, tenha acesso à informação, expresse e defenda pontos de vista, partilhe ou construa visões de mundo e produza conhecimento. Esta pesquisa tem como objetivo analisar a depreensão desse objetivo de ensino com base em uma prova de conhecimentos específicos em concurso para professor de Português, do município de Parnamirim/RN, mais precisamente de uma questão que focaliza esse conteúdo, e os resultados alcançados nesta pelos professores candidatos nesse processo seletivo. Essa questão exigia do candidato o reconhecimento de tal objetivo do ensino da língua em um exercício hipoteticamente proposto para alunos do 9º ano do ensino fundamental. A metodologia desta pesquisa consiste na interpretação dos dados sobre o desempenho dos candidatos na questão e na análise dos resultados obtidos à luz das teorias linguísticas contemporâneas. A pesquisa revela que apenas 36,7% dos professores candidatos nesse certame foram capazes de depreender o objetivo de ensino subjacente à atividade proposta na prova. Visto que a formação da competência comunicativa do aluno é uma das premissas basilares, capazes de orientar a prática pedagógica do ensino de língua materna, considera-se importante refletir sobre a formação de professores de Língua Portuguesa no RN, uma vez que, conforme esses resultados, a maioria dos professores-candidatos, ao menos no tocante a esse conteúdo, está aquém do esperado para o desempenho da prática profissional.

**Palavras-chave:** Objetivos de Ensino de Língua Portuguesa, Formação do Professor de Português, Concepções de Língua, de Texto e de Leitura.

## INTRODUÇÃO

Atualmente, há dois grandes paradigmas nos estudos que dizem respeito à Linguística: o formalismo e o funcionalismo. Enquanto o formalismo parte do estudo da forma e está centrado na sintaxe, o funcionalismo preocupa-se com o estudo da função e centra-se na semântica e na pragmática. Apesar de haver diversas vertentes do funcionalismo, há um denominador comum nos estudos funcionalistas existentes: todos eles estão voltados para o desenvolvimento da competência comunicativa dos locutores.

A partir dos anos 1980, as teorias que tratam do ensino da língua materna têm discutido a importância de colocar em primeiro plano o elemento comunicativo da língua. Trabalhar com a língua em uso visa ao desenvolvimento da capacidade linguística, a qual depende de que o aluno tenha experiência com a língua em situações significativas. De acordo com Magda Soares (2002, p.173), há uma influência que vem sendo exercida sobre a disciplina português concomitantemente pela pragmática, pela teoria da enunciação e pela análise do discurso. Essa influência é fundamental, pois traz uma nova concepção de língua: “uma concepção que vê a língua como enunciação, não apenas como comunicação, que, portanto, inclui as relações da língua com aqueles que a utilizam, como o contexto em que é utilizada, com as condições sociais e históricas da sua utilização”.

Nessa perspectiva, o processo de ensino e aprendizagem do português precisa organizar-se em torno do desenvolvimento de atividades que ponham em evidência o uso da língua, tais como o ensino da leitura, a produção oral, a produção escrita e o estudo da gramática, a qual é compreendida como uma prática de reflexão sobre a língua e seus usos e como um instrumento necessário para os alunos na leitura e na produção de textos. Trata-se, portanto, de permitir ao aluno ampliar as possibilidades dos usos linguísticos numa perspectiva crítica. Ou seja, o processo de ensino e aprendizagem da língua portuguesa deve ser desenvolvido de modo a preparar o aluno para utilizar esse conhecimento de forma funcional em sua vida.

Nesse sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, Lei 9394/96, juntamente com a Resolução nº 3 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação – CEB/CNE, de 26 de junho de 1998, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, propõem que o currículo do Ensino Médio inclua a competência no uso da língua portuguesa como instrumentos de comunicação e como processo de constituição de conhecimento e de exercício de cidadania.

Esse preceito é apoiado nos Parâmetros Curriculares Nacionais – os PCNs – da Língua Portuguesa, os quais definem o domínio da língua como elemento fundamental para a participação social efetiva do cidadão. Portanto, de acordo com o que é preconizado nos documentos oficiais que orientam a organização curricular no país, o ensino da língua portuguesa deve ser direcionado a desenvolver a competência comunicativa do aluno, de modo que este seja capaz de se comunicar, de acessar à informação necessária para suas necessidades pessoais e sociais, de expressar suas ideias e defender seus posicionamentos, de partilhar ou de construir visões de mundo e de produzir conhecimento.

Para que tal preceito seja alcançado, o professor deve levar em conta determinadas concepções teóricas que fundamentem o seu fazer pedagógico. Entre elas, três são consideradas basilares: linguagem, texto e leitura. As concepções de texto e leitura são necessariamente orientadas por uma concepção de linguagem/língua, a qual orienta, também, o ensino de Língua Portuguesa. Perceber essa relação é fundamental para que o professor atue de forma coerente com uma determinada concepção teórica.

Considerando as atuais teorias linguísticas, assumem-se as seguintes concepções:

a) **A linguagem como prática social: uma concepção sócio-discursivo-interacionista** - Estudar a linguagem como prática discursiva é admiti-la como uma atividade axiológica (e não simplesmente como uma abstração), intersubjetiva e interativa. A linguagem é constituída e constitutiva da realidade, é corporificada, concreta e saturada axiologicamente, sendo, portanto, imprescindível considerar tais questões na análise do fenômeno linguístico. A linguagem, nessa perspectiva, emerge das práticas sociais e é responsável por constituir e fazer circular os diversos discursos característicos dessas práticas, discursos estes intrinsecamente ligados às inúmeras esferas da atividade humana, em que a linguagem ocupa papel de destaque. Sendo assim, compreendemos a linguagem para além da expressão do pensamento ou do domínio de um código ou de um conjunto de regras para transmitir mensagens. Linguagem é um fenômeno social por natureza, um lugar de interação humana, cuja atuação ocorre numa via de mão dupla: o falante/escrevente age sobre o ouvinte/leitor constituindo mútuos compromissos e vínculos que não preexistiam à fala (GERALDI, 2011).

b) **O texto como evento de interação** - O texto é a expressão de algum propósito comunicativo, ou seja, na atividade de construção do **texto**, o indivíduo, intencionalmente e de acordo com as condições de produção, coordena suas ações (seleção e ordenação dos elementos linguísticos, por exemplo) de forma que atinja uma determinada finalidade social, visando a uma

maior interação com seus interlocutores para a construção do sentido. O texto é, portanto, a materialização de uma intenção comunicativa e é por meio dele que o indivíduo pode agir sobre ou interagir com o outro.

c) **A leitura como processo de atribuição de sentidos com vistas à interação** - A compreensão em leitura constitui-se em uma atividade que integra conhecimentos prévios e informações novas em um processo dinâmico de interação e criação em que o leitor utiliza habilidades de raciocínio para, na interação com o texto, construir um sentido global. Não se trata, portanto, simplesmente de “extrair informação da escrita”, mas implica, necessariamente, compreensão. Nesse sentido, consideramos leitura compreensiva aquela em que o leitor apropria-se do significado global do texto de maneira a ser capaz de reproduzi-lo e utilizá-lo, de modo proficiente, na construção de novos sentidos e na solução de problemas. Assim, a leitura traduz-se em uma atividade de negociação de sentidos realizada entre leitor e texto e, por meio dela, o leitor pode agir no mundo a partir de sua experiência com o texto.

Em relação às concepções sobre o ensino da língua portuguesa, em consonância com o que explica Travaglia (1996), considera-se que existem três tipos de ensino possíveis para se trabalhar com um determinado tipo de língua, a saber:

a) **Ensino Prescritivo** – Este tipo de ensino objetiva levar o aluno a substituir os seus próprios padrões linguísticos, considerados “inaceitáveis”, “errados” por outros considerados “corretos”, “aceitáveis”, ou seja, nessa forma de ensinar só se valoriza uma variedade da língua: a considerada “padrão”, a dita culta, por isso, não se valoriza a linguagem que o aluno traz de casa, sua fala.

b) **Ensino Descritivo** – Este tipo de ensino pretende mostrar como determinada língua em particular funciona. Trata das habilidades linguísticas adquiridas sem procurar alterá-las, mostrando, assim, como podem ser utilizadas. Nesse tipo de ensino, a língua materna cumpre papel relevante e a fala é basicamente o material desta modalidade de ensino, apesar de este tipo de ensino tratar de todas as variedades linguísticas.

c) **Ensino Produtivo** – objetiva ensinar novas variedades linguísticas, ou seja, pretende auxiliar o aluno a aumentar o uso de sua língua materna de maneira mais eficiente e nas diversas situações de interação verbal e social por que ele passe. Esse tipo de ensino não objetiva a substituição de padrões linguísticos que o estudante já possui, não obstante, nesta modalidade, o que se pretende é aumentar ainda mais os recursos linguísticos adquiridos pelo discente, ou seja, que o

aluno possa expressar-se, adequadamente, em todas as circunstâncias de comunicação que a vida exige.

O ensino da língua será desenvolvido de acordo com os objetivos determinados pelo professor, os quais devem estar em consonância com as concepções de língua, texto e leitura assumidos. Nesse viés, este trabalho tem como objetivo analisar a habilidade de depreender o objetivo de ensino em uma atividade de leitura hipoteticamente proposta a estudantes de 9º ano tomando como base uma prova de conhecimentos específicos aplicada em concurso para professor de Português, do município de Parnamirim/RN.

O concurso teve um total de 626 candidatos (identificados como TODOS nos dados estatísticos), sendo 282 candidatos formados pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (identificados como UFRN nos dados estatísticos) e 344 formados em outras instituições de ensino superior (identificados como OUTROS nos dados estatísticos). Na prova para professor de Português, havia 25 questões sobre conhecimentos específicos, das quais três estavam ancoradas em uma atividade hipoteticamente proposta por um professor e que dizia respeito a um texto do gênero canção. A primeira questão abordava as concepções de língua e de texto; a segunda, a concepção de leitura; e a terceira, explorava o objetivo da atividade em relação ao ensino da língua. Mais precisamente, este estudo analisa as respostas e os resultados alcançados pelos professores candidatos nesse processo seletivo em uma questão que focaliza esse conteúdo.

Os resultados que se apresentam neste trabalho apontam para uma necessidade de reflexão profunda sobre os processos de formação de professores de Língua Portuguesa no Rio Grande do Norte, visto que a maioria dos professores-candidatos, ao menos no tocante aos conteúdos abordados, está aquém do esperado para o desempenho da prática profissional.

## **METODOLOGIA**

A metodologia desta pesquisa consiste na interpretação dos dados estatísticos sobre o desempenho dos candidatos na questão e na análise dos resultados obtidos à luz das teorias linguísticas contemporâneas.

A fim de desenvolver a presente análise, realizaram-se os seguintes procedimentos: 1) leitura de bibliografias atinentes às concepções de língua/linguagem, texto, leitura e ensino; 2) análise da questão 28 de conhecimentos específicos da prova do concurso para professor de

Português do município de Parnamirim, que serve de *corpus* para este trabalho; 3) discussão dos dados estatísticos relativos à questão em tela considerando as teorias pertinentes; e 4) conclusões.

A análise empreendida neste estudo contempla a comparação dos percentuais de acertos na questão 28, entre o total de candidatos, os candidatos formados pela UFRN e os formados por outras instituições de ensino superior, considerando a questão individualmente. Além disso, analisa-se o cruzamento dos resultados entre as três questões que compõem a abordagem sobre uma atividade hipoteticamente proposta a estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental a fim de verificar a coerência entre a resposta da questão 28 com a das questões anteriores.

A seguir, são apresentados o texto-base, a atividade proposta e a questão com as opções de resposta, além dos desempenhos dos candidatos, segundo as categorias eleitas, *Total*, *UFRN* e *Outros*.

**As questões de número 26 a 28 referem-se ao Texto 2, reproduzido a seguir.**

**Pequeno Cidadão**

*Arnaldo Antunes/ Antonio Pinto*

Agora pode tomar banho,	Agora pode amarrar o sapato.
Agora pode sentar pra comer,	Agora tem que jogar bola dentro de casa,
Agora pode escovar os dentes,	Agora tem que bagunçar,
Agora pega o livro, pode ler.	Agora tem que sujar de lama,
Agora tem que jogar videogame,	Agora tem que pular no sofá!
Agora tem que assistir TV,	É sinal de educação,
Agora tem que comer chocolate,	Fazer sua obrigação,
Agora tem que gritar pra valer!	Para ter o seu direito de pequeno cidadão,
Agora pode fazer a lição,	É sinal de educação,
Agora pode arrumar o quarto,	Fazer sua obrigação,
Agora pega o que jogou no chão,	Para ter o seu direito de pequeno cidadão.

Disponível em: <<http://letras.mus.br>>. Acesso em: 01 fev. 2015.

Para responder as questões de número 26 a 28, considere um possível roteiro de estudo proposto para o texto acima, apresentado em um livro didático de Língua Portuguesa do 9º ano do ensino fundamental.

1. O texto está direcionado a um público específico? Por quê?
2. Apresente elementos que caracterizam o texto como um poema-canção.
3. Há repetições no texto. Identifique-as e discuta se elas comprometem o sentido do texto.
4. Há, no texto, afastamentos da linguagem considerada padrão. Identifique-os e comente o porquê de sua utilização no texto.
5. Na concepção dos autores, o que é ser cidadão? Você concorda com o ponto de vista dos autores? Justifique.
6. Em que situações sociais circulam as ideias de obrigação e de permissão apresentadas no texto?

28. É correto afirmar que a atividade pretende

OPÇÕES DE RESPOSTA	RESULTADOS		
	UFRN	OUTROS	TOTAL
A) desenvolver a competência comunicativa do aluno.	39,7%	34,3%	36,7%
B) centralizar o ensino de língua na descrição linguística.	5,7%	9,6%	7,8%
C) realizar um cruzamento entre o ensino prescritivo e o ensino descritivo da língua.	20,2%	15,1%	17,4%
D) realizar um cruzamento entre o ensino descritivo e o ensino produtivo da língua.	34,4%	40,7%	37,9%

### RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para responder corretamente essa questão, o candidato deveria observar que as perguntas do exercício pretendem verificar o conhecimento sobre o gênero discursivo (público-alvo, esfera de circulação, elementos composicionais) e sobre a linguagem empregada, além de avaliar a compreensão por meio da análise de elementos do texto com vistas à construção do sentido. Ademais, a pergunta de número 5 solicita a apreensão das ideias dos autores do texto e o posicionamento do aluno em relação a essas ideias. A maioria das perguntas exigem a devida argumentação para as respostas dadas (“Por quê?”, “discuta se”, “comente o porquê”, Justifique”), o que demanda habilidade para organizar as ideias de modo a imprimir clareza aos argumentos e a convencer o leitor de seu posicionamento. Desse modo, é possível concluir que o exercício proposto pretende desenvolver a competência comunicativa do aluno para ler de forma compreensiva e se posicionar diante das ideias do texto. A opção de resposta correta, então, é a letra A.

O exercício hipotético que serve de base para a formulação das questões analisadas nesta pesquisa é orientado por uma concepção de linguagem/língua como processo de interação verbal, de texto como produto da interação entre sujeito e contexto sociocomunicativo e de leitura como atividade de produção de sentidos, que apontam para o objetivo de desenvolver a competência comunicativa do aluno. Dessa forma, é possível concluir que o objetivo subjacente a essa atividade não estaria relacionado aos ensinamentos prescritivo nem descritivo, o que inviabiliza as opções de resposta B, C e D.

Dos candidatos que responderam à questão, 63,1%, no geral, incorreram em erro, marcando as opções B, C ou D. Considerados apenas os candidatos egressos da UFRN, esse índice foi de

60,3%, e entre os candidatos egressos de outras instituições de ensino superior o índice de erro foi de 65,4%. Os candidatos que erraram a questão não conseguiram depreender, a partir do exercício formulado, o objetivo da atividade. Comportamento semelhante ocorreu em relação às questões anteriores, conforme ilustra o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Porcentagem de acerto por questão

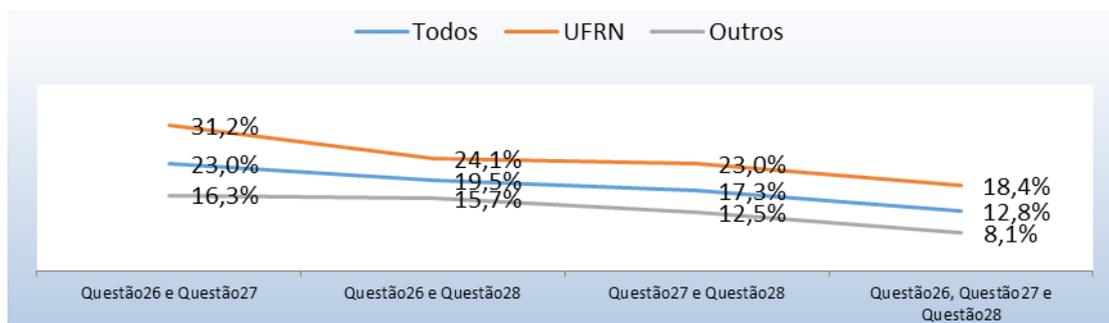


Fonte: COMPERVE,  
2016.

De acordo com o Gráfico 1, menos da metade dos candidatos que realizaram a prova é capaz de depreender as concepções de língua, texto e leitura presentes no exercício proposto bem como o objetivo a ser alcançado com a propositura do determinado exercício. É importante salientar que essas noções são basilares para a prática profissional do professor de Língua Portuguesa e, portanto, deveriam ser facilmente depreendidas em uma proposta de atividade, tal como a que compõe o *corpus* deste trabalho.

Em relação ao cruzamento das respostas da questão 28 com as outras questões, o desempenho dos candidatos revelou um aspecto bastante preocupante. Considerando que a ordem das questões atrelava-se à aplicação sequencial do conhecimento sobre as concepções de língua/linguagem e texto (26), leitura (27) e objetivo do ensino da língua (28), esperava-se que, uma vez que o candidato apresentasse, em relação à atividade hipotética, uma correta concepção de língua e texto, conseqüentemente, demonstrasse uma concepção de leitura decorrente das concepções anteriores e depreendesse corretamente o objetivo da atividade proposta. Porém, nota-se uma incoerência nos resultados apresentados pelos candidatos, visto que se nos revela um desempenho decrescente quando cruzados os dados entre as questões. O Gráfico 2 ilustra esse resultado.

Gráfico 2 – Porcentagem de acerto nos cruzamentos entre questões



Fonte: COMPERVE,  
2016.

De acordo com o Gráfico 2, verifica-se que, em uma escala de dificuldade parametrizada pelo desempenho dos candidatos nas três questões analisadas, foi mais difícil depreender o objetivo do exercício hipoteticamente proposto do que a concepção de leitura a ele subjacente, que, por sua vez, foi mais difícil de ser depreendida do que a concepção de língua e de texto. Verifica-se, também, que apenas 12,8% do total de candidatos acertou as três questões, o que revela uma inconsistência na formação do professor, o qual não foi capaz de depreender a relação existente entre concepções pertencentes a uma mesma perspectiva teórica, tampouco relacioná-las a um objetivo de ensino correspondente. Essas verificações se mostram ainda mais preocupantes quando se considera que as questões pretendiam avaliar a depreensão de tais concepções quando subjacentes a um tipo de atividade que comumente compõe o trabalho do professor de português: uma análise de texto.

Outro fato pode ser verificado através desses dados: considerando a instituição de origem, o índice de acerto foi de 18,4% entre os egressos da UFRN e de 8,1% entre os egressos de outras instituições. Ou seja, essa inconsistência na formação se revela ainda maior entre os candidatos egressos de outras instituições, fato este que aponta para uma urgente revisão nos cursos de formação de professores de português do estado.

## CONCLUSÕES

O que se mostra, a partir dos resultados apresentados, é que mais de 50% dos candidatos que responderam às questões 26, 27 e 28 da prova em tela não foi capaz de depreender do exercício proposto as concepções de língua, texto e leitura. Tampouco percebeu a relação existente entre elas, visto que, dos que acertaram uma ou outra questão, poucos acertaram as respostas das três.

Esses resultados revelam, também, que apenas 36,7% dos professores candidatos nesse certame foram capazes de depreender o objetivo de ensino subjacente à atividade proposta na prova,

que, do total de candidatos, apenas 18,4% conseguiram estabelecer uma correta relação entre esse objetivo de ensino e as concepções que o fundamentam.

Visto que a formação da competência comunicativa do aluno é uma das premissas basilares, capazes de orientar a prática pedagógica do ensino de língua materna, considera-se importante refletir sobre a formação de professores de Língua Portuguesa no RN, tanto no curso ministrado na UFRN quanto nos cursos ministrados em outras instituições públicas e privadas do estado. Uma vez que, conforme esses resultados, a maioria dos professores-candidatos, ao menos no tocante a esse conteúdo, demonstrou inconsistência em sua formação, conclui-se que o conhecimento necessário ao desempenho da prática profissional está aquém do esperado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Irandé. **Análise de textos: fundamentos e práticas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2011a.

\_\_\_\_\_. **Para uma filosofia do ato responsável**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2011b.

\_\_\_\_\_; VOLOSHINOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2010.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL, **Resolução CEB N. 03**, de 26/06/1998. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem e Diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GERALDI, João Wanderley (org.); ALMEIDA, Milton José de *et al.* **O texto na sala de aula**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2011.

LOPES, Moita. Da aplicação de Linguística à Linguística Aplicada Indisciplinar. In: PEREIRA, Regina Celi; ROCA, Pilar (orgs). **Linguística aplicada: um caminho com diferentes acessos**. São Paulo: Contexto, 2009.

LUFT, Celso Pedro. **Língua e Liberdade**. São Paulo: Ática, 1995.

SOARES, Magda. Português na escola: história de uma disciplina curricular. In: BAGNO, Marcos. **Linguística da Norma**. São Paulo: Loyola, 2002.

TRAVAGLIA, L. C. Concepções de linguagem. In: \_\_\_\_\_. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus**. São Paulo: Cortez, 1996.